



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 676/2013

Revoga as Leis nº 7.141/1979 nº
9.583/1991, nº 9.636/1991, nº
9.685/1991, nº 9.688/1991, nº
9.740/1991, nº 9.753/1991, nº
9.762/1991, nº 9.766/1991, nº
9.805/1991, nº 9.864/1991, nº
9.867/1991, nº 9.912/1992, nº
9.924/1992, nº 9.928/1992, nº

:


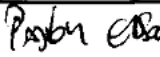

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 7.141, de 11 de maio 1979, nº 9.583, de 9 de abril de 1991, nº 9.636, de 5 de julho de 1991, nº 9.685, de 5 de setembro de 1991, nº 9.688, de 5 setembro de 1991, nº 9.740, de 17 de outubro de 1991, nº 9.753, de 17 de outubro 1991, nº 9.762, de 21 de outubro de 1991, nº 9.766, de 21 de outubro de 1991, nº 9.805, de 12 de novembro de 1991, nº 9.864, de 20 de dezembro de 1991, nº 9.867, de 20 de dezembro de 1991, nº 9.912, de 19 de março de 1992, nº 9.924, de 8 de abril de 1992, nº 9.928, de 10 de abril de 1992.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Marcos Chel


Relator  



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 677/2013

Revoga as Leis nº 10.384/1993 nº

10.402/1993, nº 10.415/1993, nº

10.424/1993, nº 10.718/1994, nº

10.780/1994, nº 10.839/1994, nº

10.849/1994, nº 10.854/1994, nº

10.924/1994, nº 10.925/1994, nº

10.939/1994, nº 11.320/1996, nº

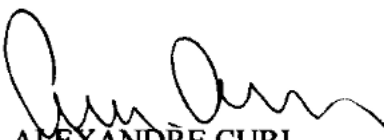
12.153/1998, nº 12.160/1998. nº

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.384, de 14 de julho de 1993; nº 10.402, de 2 de agosto de 1993, nº 10.415, de 2 de agosto de 1993, nº 10.424, de 2 de agosto de 1993, nº 10.718, de 7 de março de 1994, nº 10.780, de 10 de maio de 1994, nº 10.839 de , 5 de julho de 1994, nº 10.849, de 5 de julho de 1994, nº 10.854, de 5 de julho de 1994, nº 10.924, de 26 de outubro de 1994, nº 10.925, de 26 de outubro de 1994, nº 10.939, de 28 de novembro de 1994, nº 11.320, de 17 de janeiro de 1996, nº 12.153, de 27 de maio de 1998 e nº 12.160, de 27 de maio de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014.


Paulo Lima


ALEXANDRE CURTI
Presidente




Relator Pastor Ellison



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 678/2013


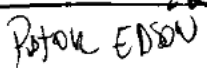
Revoga as Leis nº 10.608/1993, nº 10.611/1993,
nº 10.731/1994, nº 10.759/1994, nº 10.778/1994,
nº 10.810/1994, nº 10.846/1994, nº
10.948/1994, nº 10.987/1994, nº
11.048/1995, nº 11.081/1995, nº
11.193/1995, nº 11.194/1995, nº
11.199/1995, nº 11.296/1995.



Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.608, de 13 de dezembro de 1993; nº 10.611, de 13 de dezembro de 1993; nº 10.731, de 11 de abril de 1994; nº 10.759, de 9 de maio de 1994; nº 10.778, de maio de 1994; nº 10.810, de 24 de maio de 1994; nº 10.846, de 5 de julho de 1994; nº 10.948, de 7 de dezembro de 1994; nº 10.987, de 27 de dezembro de 1994; nº 11.048, de 3 de janeiro de 1995; nº 11.081, de 24 de abril de 1995; nº 11.193, de 13 de novembro de 1995; nº 11.194, de 13 de novembro de 1995; nº 11.199, de 13 de novembro de 1995; nº 11.296, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

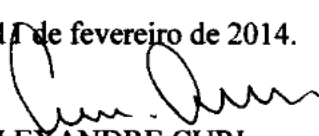
Redação Final ao Projeto Lei nº 679/2013

Revoga as Leis nº 10.365/1993, nº
10.367/1993, nº 10.399/1993, nº
10.401/1993, nº 10.412/1993, nº
10.423/1993, nº 10.425/1993, nº
10.445/1993, nº 10.457/1993, nº
10.477/1993, nº 10.523/1993, nº
10.537/1993, nº 10.586/1993, nº
10.604/1993, nº 10.607/1993. nº

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.365, 14 de julho de 1993, nº
10.367, 14 de julho de 1993;
nº 10.399, de 2 de agosto de 1993;
nº 10.401, de 2 de agosto de 1993;
nº 10.412, de 2 de agosto de 1993;
nº 10.423, de 2 de agosto de 1993;
nº 10.425, de 2 de agosto de 1993;
nº 10.457, de 21 de setembro de 1993;
nº 10.477, de 15 de outubro/1993;
nº 10.523, de 11 de novembro de 1993;
nº 10.537, de 30 de novembro de 1993;
nº 10.586, de 13 de dezembro de 1993;
nº 10.604, de 13 de dezembro de 1993;
nº 10.607, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

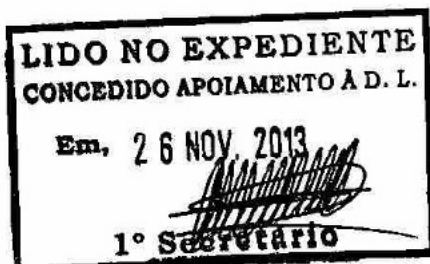
Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator 



PROJETO DE LEI Nº 687/2013



Revoga as Leis nº 13.015/2000, nº 13.075/2001, nº 13.082/2001 e nº 13.107/2001.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 13.015, de 11 de dezembro de 2000; nº 13.075, de 16 de janeiro de 2001; nº 13.082, de 16 de janeiro de 2001 e nº 13.107, de 16 de janeiro de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CAIIO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **LEBRO LUPION**

RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptdão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 687/2013

Projeto de Lei nº. 687/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 13.015/2000, 13.075/2001, 13.082/2001 e 13.107/2001.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 13.015/2000, 13.075/2001, 13.082/2001 e 13.107/2001 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:

Lei 13.015/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Lei 13.075/2001. Súmula: Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Artesanais e em Geral de Guaratuba - SINTRAPESCA, com sede e foro no município de Guaratuba.

Lei 13.082/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Atendimento à Família e Infância do Distrito de Porto Novo, com sede no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiuva do Sul.

Lei 13.107/2001. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Desportivo, Recreativo, Assistencial e Profissional - CENDRAP, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13

Dep. Nelson

Dep. Tadeu

Dep. Turini

Dep. Herminio Jr.

Dep. Bastos


Dep. Coelho

Dep. Burmann

Dep. Scanavaca



PROJETO DE LEI Nº 688/2013

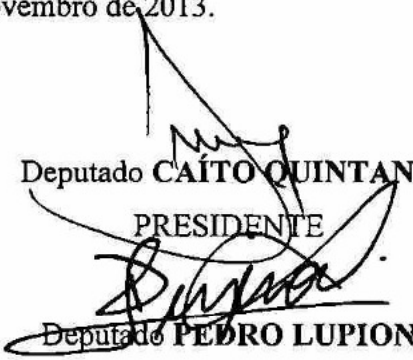
LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 26 NOV. 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 9.677/1991, nº
9.876/1991, nº 9.927/1992, nº
9.933/1992, nº 10.048/1992, nº
10.108/1992, nº 10.286/1993, nº
10.325/1993, nº 10.326/1993, nº
11.340/1996, nº 11.388/1996, nº
11.546/1996, nº 11.675/1997, nº
11.693/1997 e nº 11.846/1997.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 9.677, de 5 de setembro de 1991; nº 9.876, de 20 de dezembro de 1991; nº 9.927, de 8 de abril de 1992; nº 9.933, de 16 de abril de 1992; nº 10.048, de 16 de julho de 1992; nº 10.108, de 9 de outubro de 1992; nº 10.286, de 17 de maio de 1993; nº 10.325, de 7 de junho de 1993; nº 10.326, de 7 de junho de 1993; nº 11.340, de 17 de janeiro de 1996; nº 11.388, de 21 de maio de 1996; nº 11.546, de 2 de outubro de 1996; nº 11.675, de 6 de fevereiro de 1997; nº 11.693, de 17 de fevereiro de 1997 e nº 11.846, de 3 de outubro de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.


Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 688/2013

Projeto de Lei nº. 688/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 9.677/1991, 9.876/1991, 9.927/1992, 9.933/1992, 10.048/1992, 10.108/1992, 10.286/1993, 10.325/1993, 10.326/1993, 11.340/1996, 11.388/1996, 11.546/1996, 11.675/1997, 11.693/1997 e 11.846/1997.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 9.677/1991, 9.876/1991, 9.927/1992, 9.933/1992, 10.048/1992, 10.108/1992, 10.286/1993, 10.325/1993, 10.326/1993, 11.340/1996, 11.388/1996, 11.546/1996, 11.675/1997, 11.693/1997 E 11.846/1997 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 9.677/1991. Súmula: Declara como de utilidade pública a Associação dos Vice-Prefeitos do Paraná - VICEPAR.

Lei 9.876/1991. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste.

Lei 9.927/1992. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Lei 9.933/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Escola Batista de Curitiba, ensino de pré-escola e 1º grau, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR.

Lei 10.048/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu de Arte Contemporânea, Museu da Imagem e do Som e Museu Paranaense - AA-MAC/MIS/MP, com sede e foro nesta Capital.

Lei 10.108/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a entidade o "CLUBE DE ENGRAXATE E PEQUENO TRABALHADOR", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Lei 10.286/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche Sagrada Família, com sede e foro em União da Vitória.

Lei 10.325/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO, com sede na cidade de Paranavaí.

Lei 10.326/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Mamborê, com sede e foro no município de Mamborê, Estado do Paraná.

Lei 11.340/1996. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Assistencial à Família Rural, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Lei 11.388/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC da Cidade de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.546/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação das Mães Carentes e Colaboradoras de Pontal do Sul - AMACAR, com sede em Pontal do Sul e foro no Município de Paranaguá.

Lei 11.675/1997. Súmula: Declara de utilidade pública o Lar-Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede no Município de Paiçandu e foro na Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

Lei 11.693/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres "Castro Alves", da Escola Estadual "Santa Maria Goretti", com sede e foro no Município de Maringá.

Lei 11.846/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Unidos de Nova Galícia, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

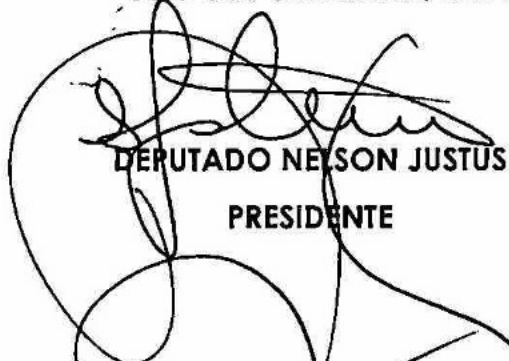
relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

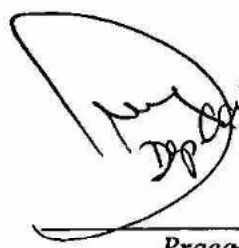
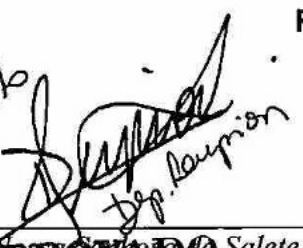

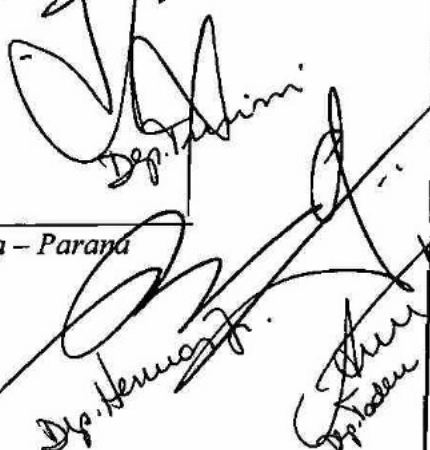
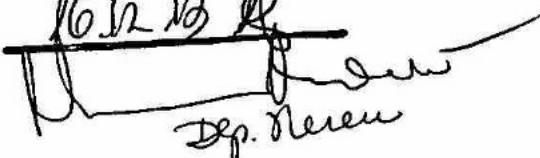

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

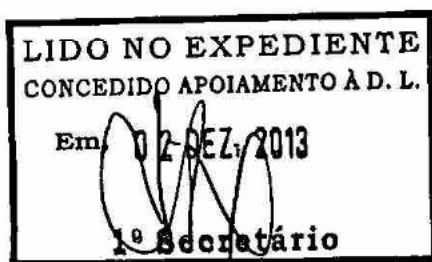

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







APROVADO
16.12.13
Praça da República, 100 - Sala 10 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 709/2013



Revoga as Leis nº 10.084, de 21 de setembro de 1992; nº 11.684, de 6 de fevereiro de 1997; nº 12.445, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.505, de 22 de janeiro de 1999; nº 13.098, de 16 de janeiro de 2001 e nº 13.247, de 3 de agosto de 2001.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.084, de 21 de setembro de 1992; nº 11.684, de 6 de fevereiro de 1997; nº 12.445, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.505, de 22 de janeiro de 1999; nº 13.098, de 16 de janeiro de 2001 e nº 13.247, de 3 de agosto de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Deputado **CAIÃO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à incorporação ou fusão.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 709/2013

Projeto de Lei nº. 709/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 10.084, de 21 de setembro de 1992, 11.684, de 6 de fevereiro de 1997, 12.445, de 13 de janeiro de 1999, 12.505, de 22 de janeiro de 1999, 13.098, de 16 de janeiro de 2001 e 13.247, de 3 de agosto de 2001.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 10.084/1992, 11.684/1997, 12.445/1999, 12.505/1999, 13.098/2001 E 13.247/2001 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - ENTIDADES JÁ EXTINTAS - POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:

Lei 10.084/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente KAIROS, com sede e foro na cidade de Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.684/1997. Súmula: Declara de utilidade pública as Aldeias Infantis S.O.S. Brasil, com sede e foro na cidade de Goioerê.

Lei 12.445/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Beneficente Afonso Pena, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Lei 12.505/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Lei 13.098/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, com sede e foro no município de Rio Negro.

Lei 13.247/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Civil Beneficente Mater Dei, do município de Curitiba.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

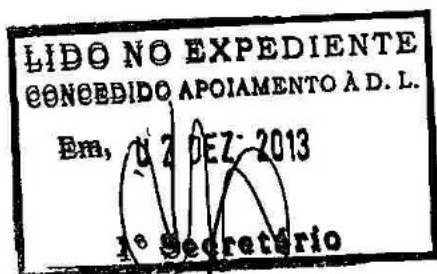
Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

Dep. Laurion
Dep. Couto
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR
Dep. Pastor
Dep. Turini
Dep. Henrique
Dep. Tadeu
Dep. Nereu

APROVADO

16.12.13

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 710 /2013

Revoga a Lei nº 13.099, de 16 de janeiro de 2001.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13.099, de 16 de janeiro de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO


JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 13099 - 16 de Janeiro de 2001

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 5906 de 16 de Janeiro de 2001

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Jerusalém - AERCOJ, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Jerusalém - AERCOJ, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 16 de janeiro de 2001.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 710/2013

Projeto de Lei nº. 710/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 13.099, de 16 de janeiro de 2001.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 13.099 QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADE JÁ EXTINTA – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 13.099/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Jerusalém- AERCOJ, com sede e foro na Cidade de Diamante do Norte.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a entidade que atualmente não desempenha mais suas atividades, ou seja, está extinta.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, a referida entidade não possui mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação da respectiva lei que concede o título de utilidade pública à mesma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

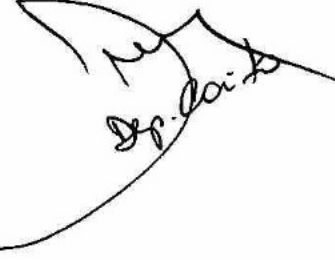
Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Tadeu


Dep. Reunior


Dep. Cai


Dep. Turini



Dep. Heruoso


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

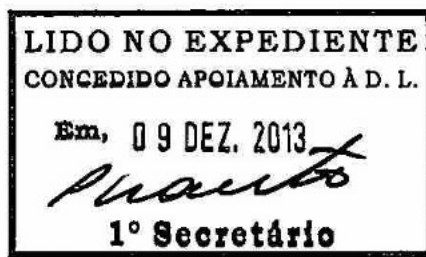
APROVADO

16.12.13


Dep. Nereu


Dep. Tadeu

VETO 28/13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/SEEG nº 352/2013. Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 303/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 159/2012, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 159/2012, de autoria parlamentar, objetiva estabelecer procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de *surf*, e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná, conforme específica.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de contrariedade ao interesse público porque, durante o trâmite do mesmo pelo Poder Executivo, o Departamento de Estradas de Rodagem, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, manifestou-se de forma contrária por entender ser a medida inviável, apontando as seguintes considerações:

1. não prevê quais as adaptações necessárias e os custos de implementação, os quais podem gerar reflexos tarifários;
2. a prática de *surf* não ocorre em todos os municípios do Litoral do Estado;
3. não leva em consideração a diferenciação dos tipos de veículos que executam linhas intermunicipais que atendem o Litoral do Estado, rodoviárias e metropolitanas (executadas com ônibus tipo urbano, desprovidos de bagageiros);

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.472.475-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em 09/12/2013

Presidente

14:38 09/12/2013 010609 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

4. as empresas transportadoras que operam linhas intermunicipais de transporte coletivo de passageiros no Estado do Paraná, segundo o regulamento vigente (Decreto Estadual nº 1821/2000), utilizam os veículos registrados junto ao DER/PR em qualquer das linhas por elas operadas. A empresa Expresso Princesa dos Campos S/A que executa a linha Ponta Grossa – Paranaguá (município do litoral paranaense), possui frota registrada de 213 (duzentos e treze) veículos e para a execução dos horários nessa ligação, são necessários apenas 3 (três) veículos, porém, teria que disponibilizar 21 (vinte e um) veículos adaptados (10% da frota). Da mesma forma, a empresa Expresso Maringá Ltda que executa várias linhas no Estado do Paraná, inclusive a linha Curitiba – Guaratuba (litoral do Estado), possui frota registrada de 175 (cento e setenta e cinco) veículos, utiliza em dias normais (exceto feriados), 3 (três) veículos para a execução dessa linha e pelo teor do Projeto, deveriam contar com 18 (dezoito) veículos adaptados;
5. as linhas intermunicipais metropolitanas do Litoral do Estado, executadas com veículos tipo urbano que não possuem bagageiros, teriam que ser executadas com veículos providos de compartimento para o transporte de um dos equipamentos citado no Projeto, por passageiro sendo que o equipamento de “stand up surf”, pode ter comprimento de mais de 3 (três) metros, medida superior a altura do interior do veículo, sendo que a necessidade de compartimento de uma prancha por passageiro no corredor de cada ônibus inviabilizaria o transporte.

Também cumpre ressaltar que o art. 31 do Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná prevê um limite específico para bagagem de mão e também que se adapte no porta-embrulhos interno dos veículos.

A manifestação dada pelo Departamento de Estradas de Rodagem foi acolhida pelo Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, que retornou o protocolado à Casa Civil, entendendo que o presente Projeto de Lei não poderia ser aprovado.

Dessa forma, veto integralmente o Projeto de Lei nº 159/2012, por falta de interesse público e por acarretar despesas não presentes inicialmente pactuadas com as concessionárias., conforme se vê nas argumentações colocadas



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

pelo Departamento de Estradas de Rodagem e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



Projeto de Lei nº 159/2012

(Autoria dos Deputados Rasca Rodrigues e Pastor Edson Praczyk)

Estabelece procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de *surf*, e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de *surf* e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná.

§ 1º As empresas que detenham ou venham a possuir linhas que atendam exclusivamente aos municípios do Litoral do Estado do Paraná ficam obrigadas a disponibilizar no mínimo cinco por cento de sua frota, a ônibus adaptados com bagageiro apropriado para o transporte de pranchas de *surf*, *bodyboard*, *longboard* ou *stand up surf*, ficando estes denominados de *Surf Bus*.

§ 2º As pranchas deverão ser embarcadas nos veículos de forma correta, com o intuito de não comprometer a segurança e a integridade dos passageiros e dos equipamentos durante o transporte, devendo ser observadas as dimensões estabelecidas, em obediência as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º As pranchas embarcadas nos veículos terão o mesmo tratamento de controle de identificação, zelo e indenizações para os casos de danos ou extravios das demais bagagens.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SEEG
CTL


Fls. 20

fls.02.


Projeto de Lei nº 159/2012

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 12 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 28/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 28/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto o Projeto de Lei nº 159/2012, de autoria dos Deputados Rasca Rodrigues e Pastor Edson Praczyk, que estabelece procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de surf, e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 159/2012, de autoria dos Deputados Rasca Rodrigues e Pastor Edson Praczyk, que estabelece procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de surf, e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná, tendo sido



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 159/2012 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **19 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 28/2013, foi exarada em data de **05 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 16 de Dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. NEREU MOURA
RELATOR

Praca Nelson Siqueira, 100 - Caixa Postal 10.000 - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13

APROVADO